

Carta do Editor

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, publicada com periodicidade semestral, disponível em versões impressa (ISSN 2177-4919) e eletrônica (ISSN 2178-0498), destina-se à divulgação da produção acadêmica dos docentes e pós-graduandos da Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis”, encontrando-se aberta também para a divulgação de artigos inéditos encaminhados por colaboradores nacionais e estrangeiros.

A linha editorial do periódico encontra-se vinculada à área de concentração do Curso de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis” (CMDIP) intitulada “Direitos e garantias fundamentais”. Neste sentido, a revista objetiva publicar artigos científicos sobre a temática, segundo diferentes perspectivas e abordagens metodológicas, sejam elas de Fundamentos do Direito, Direito Público ou de Direito Privado, bem como contribuições provenientes das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas.

Inaugurando a presente edição, Ana Luisa Souza Sabbagh (UFU/UnAraras) analisa a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil no ordenamento jurídico doméstico após a Emenda Constitucional nº 45/2004, com ênfase na análise da jurisprudência dos tribunais superiores sobre a inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel.

Divino Feitosa de Amorim Júnior e Estela Silva Araújo (ULBRA) elaboram uma reflexão crítica sobre os efeitos da revelia no processo civil brasileiro à luz dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, destacando as limitações da presunção de veracidade decorrente da revelia e a observância do princípio do livre convencimento motivado do magistrado.

Eduardo Henrique Rodrigues da Cunha Moreira (Universidade de Coimbra) aborda a eficácia da Declaração Universal dos Direitos do Homem no ordenamento jurídico lusitano com suporte, em especial, no estudo da jurisprudência do Tribunal Constitucional português sobre a temática.

Eduardo Rodrigues Cruvinel Lobianco, Emanuelle Oliveira Andrade, Hélio Veiga Júnior (Fac. Pitágoras) e Simone Silva Prudêncio (UFU)

analisam o assédio moral e sexual nas relações de trabalho, particularmente suas consequências jurídicas nos âmbitos penal e trabalhista, bem como as consequências psicológicas para as vítimas de assédio.

Jeferson Dytz Marin (UNISINOS) disserta sobre a supremacia constitucional principiológica vislumbrando-a como instrumento cultural responsável pela harmonização entre os interesses estatais e da sociedade civil, consoante uma concepção personalista dos direitos fundamentais que atribui semelhante *status* normativo aos direitos individuais e valores coletivos.

Mary Anne Azevedo Kil (UFU) apresenta o consórcio de empregadores rurais e urbanos como uma nova modalidade de contratação capaz de promover o aumento da quantidade de empregos formais e, portanto, minimizar os problemas do subemprego, desemprego e da informalidade presentes no mundo do trabalho rural e urbano na atualidade.

Núbia Soares Novaes (Univ. Feira de Santana/Uneb) aborda a questão da morosidade na prestação jurisdicional como sério obstáculo ao acesso à justiça, enfatizando a responsabilidade objetiva do Estado pela prestação jurisdicional ineficiente.

Rodrigo Filiar (UFMS/Uniderp) analisa a reforma do processo de execução promovida pela Lei nº 11.232/2005 que inseriu no texto do CPC o art. 475-J. O artigo citado, ao dispor sobre a aplicação de multa de 10% ao valor da condenação caso o devedor não satisfaça a obrigação voluntariamente em 15 dias, almeja promover, segundo o autor, a efetividade da prestação jurisdicional e, neste sentido, garantir o reconhecimento e eficácia jurídica do direito fundamental à tutela executiva.

Por fim, Thanabi Bellenzier Calderan (Univ. Caxias do Sul/Univates) discute a importância do valor jurídico do afeto mediante o reconhecimento da filiação sócio-afetiva através do instituto denominado “posse de estado de filho”, assim como a possibilidade de indenização por abandono afetivo.

A Coordenação da Revista da FADIR agradece as inestimáveis contribuições dos autores nacionais e estrangeiros, membros dos Conselhos Editorial e Consultivo, corpo de avaliadores e revisores, membros da equipe técnica da EdUFU, tão importantes para a consolidação do periódico como instrumento fundamental para a divulgação de pesquisas científicas, novas reflexões e estímulo ao permanente debate sobre a teoria e prática dos

direitos fundamentais. A Coordenação da Revista da FADIR agradece, em especial, a dedicação e o apoio dos servidores técnico-administrativos, Srs. Manuel Raimundo Nogueira da Silva e Rafael Momenté Castro, bem como da estagiária Jaqueline Aparecida Fernandes Sousa, fundamentais para o procedimento editorial e consolidação acadêmica do periódico. Desejamos a todos uma proveitosa leitura.

Prof. Dr. Alexandre Garrido da Silva.
Editor